

Cultivando saberes e práticas ecológicas no Brasil rural

Elza Neffa; Joyce Rocha; Guilherme Mendonça

Resumo

O trabalho como princípio mediador da relação ser humano–natureza e como elemento constitutivo de um fazer educativo fundamenta as atividades de Educação Ambiental que incorporam os espaços rurais, com vistas a desenvolver políticas públicas norteadoras de reconversão produtiva fundamentada no trabalho de agricultores familiares. No Brasil, comunidades tradicionais apontam possibilidades de autogestão e de uso sustentável dos recursos naturais com base na articulação de conhecimentos tecnocientíficos com potencialidades, saberes e culturas locais, também conhecida como a abordagem metodológica de inclusão social -Tecnologia Social. Comprometida com os interesses sociais singulares dos diversos segmentos sociais nos locais e com foco em suas demandas, a Tecnologia Social utiliza as tecnologias existentes e cria novas tecnologias, respeitando as características e as potencialidades dos atores sociais, na perspectiva de inverter o papel tradicional do sujeito na sociedade de agente passivo das políticas públicas para ator central do processo de construção das condições para o desenvolvimento econômico e social. Nessa ótica, assume a problematização conjunta da realidade e a conseqüente construção de soluções para as questões que afetam a comunidade respeitando e valorizando sua história, cultura e conhecimento local, com vistas a propor ações e iniciativas que contribuam para a transformação socioambiental do cenário, em especial, do espaço rural brasileiro.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Trabalho; Comunidades Tradicionais; Tecnologia Social e Políticas Públicas

1. Introdução

Este artigo apresenta uma reflexão teórica articulada a estudos empíricos desenvolvidos em dois cenários brasileiros, na perspectiva de expor a categoria trabalho como princípio mediador da relação ser humano–natureza e a abordagem metodológica de inclusão social - Tecnologia Social - como elemento constitutivo de um fazer educativo capaz de nortear atividades de Educação Ambiental que envolvem processos de reconversão produtiva de agricultores familiares nos espaços rurais, com vistas a contribuir para a formulação de políticas públicas.

Trata-se de estudo realizado no âmbito do Doutorado Multidisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPG-MA/UERJ, a partir da análise de comunidades situadas na bacia hidrográfica do rio Preto/região do Médio vale do rio Paraíba do Sul (Rio de Janeiro) e no Parque Nacional de Itatiaia, ambas localizadas em regiões limítrofes do estado do Rio de Janeiro com Minas Gerais e São Paulo, cujas paisagens destacam espaços degradados social e ambientalmente indicando novas possibilidades de transformação das localidades rurais, por meio do manejo sustentável dos recursos naturais, do respeito à cultura local e da atualização das potencialidades dos atores sociais.

Neste estudo, as análises de Lukács (2007) sobre o trabalho como princípio educativo e de Ranieri (2011) sobre a dialética do trabalho guiam as práticas pedagógicas de EA que se propõem a estabelecer estratégias contra hegemônicas ao processo de reprodução sociometabólica do capital.

No Brasil, comunidades tradicionais apontam possibilidades de autogestão e de uso sustentável dos recursos naturais com base na articulação dos conhecimentos tecnocientíficos com os saberes e as culturas locais, com vista ao encaminhamento de processos superadores dos entraves à sustentabilidade socioambiental.

2. O trabalho como princípio mediador da relação do ser humano com a natureza e a Tecnologia Social como metodologia de inclusão social

A construção de sociedades sustentáveis requer a compreensão de sistemas socioambientais complexos, a percepção da interdependência dos fenômenos físicos e antropossociais e a concepção do ser humano como sujeito histórico capaz de transformar a natureza, a si mesmo, as relações que estabelece com os outros seres humanos e as condições concretas de sua vida por meio do trabalho.

Para implementar práticas educativas que visem ao envolvimento das comunidades rurais no processo de desenvolvimento sustentável local faz-se mister a incorporação das condições expostas acima, por entender que os seres humanos, em suas atividades laborais, são os produtores de suas representações e de suas ideias que, entrelaçadas com a atividade material, tiram, segundo Marx, “a responsabilidade por aquilo que somos de uma esfera transcendente” e mostram “que o controle da ação pode reverter qualquer processo decorrente de nossa própria iniciativa, na medida em que somos elementos resultantes de nossa própria atividade” (RANIERI, 2011, p.132-133). Nessa lógica, a ação humana, mediada pelo trabalho, é vista como fundamento da realização da vida humana, eixo estruturante, não só da produção material da vida mas, também, da sua produção espiritual, na medida que a essência do sujeito se configura no processo de produção e reprodução humana. E, em consequência, o espaço geográfico é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, que varia com a natureza dos objetos e das ações presentes em cada momento histórico” (SANTOS, 1994). Nessa perspectiva, a organicidade advém de uma lógica interna contígua que reúne, de forma interativa e organizacional, todos os elementos de ordem local: seres humanos, formas geográficas, formas sociais e jurídicas, instituições, a partir de uma solidariedade baseada na co-presença, na vizinhança, na intimidade, na emoção, na cooperação e na socialização.

Nessa linha interpretativa, desenvolvimento local é entendido na perspectiva de reintegração das relações materiais ao sistema social pressupondo a democratização do mercado às prioridades do ser humano e à construção de novas formas de trabalho e de transformação do meio natural. Não obstante, essas transformações devem levar em conta, necessariamente, a análise das relações de produção vigentes e de como a lógica da produção por elas gerada enquadra os conflitos sociais em torno da apropriação das condições naturais. Isto porque,

“a atividade humana de transformação da natureza só pode se efetivar pela mediação de relações de produção determinadas, específicas, às quais condicionam a magnitude e a qualidade dos impactos que a atividade humana exerce sobre a natureza, exatamente por condicionar a forma e os fins com que os homens, divididos em classes, organizam sua produção material, seu intercâmbio com a natureza (ZHOURI et al., 2005, p. 31).

A articulação de práticas sociais, na Educação Ambiental, voltadas para a qualificação do trabalho e para a potencialização de saberes e práticas produtivas sustentáveis, com base no movimento de Tecnologia Social, requer uma ciência da práxis construída pelos próprios atores sociais (LUKÁCS, 2007), pois a capacidade que o homem tem de produzir universalmente, relacionando-se independentemente do

produto, reproduzindo não só a natureza, mas também, a sua própria natureza, faz com que este ser surja como um ser de transformação do mundo concreto e se afirme como produtor da vida útil.

Para Marx, a consciência que o homem tem de que é parte da natureza protege-o de desenvolver uma relação instrumentalística com ela. Neste sentido, Lukács nega que a natureza seja vista, por Marx, como o pressuposto geral de toda a produção, como “a natureza para o homem”, numa relação de imposição em que a natureza subjuga-se ao homem em função de suas necessidades vitais. Da mesma forma, refuta a ideia de que a natureza é substituída pelas relações sociais, em função da percepção de que é o trabalho que está agindo sobre a natureza e transformando-a.

Na delimitação materialista, feita por Lukács entre o ser da natureza orgânica e o ser social, há um papel decisivo atribuído à consciência. Isto porque, este autor percebe toda práxis social como uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. Tanto Marx quanto Lukács pensam a natureza em uma relação interativa e contraditória com o sujeito, preocupando-se em não sacralizá-la. Para eles, tal relação ocorre num ambiente ontológico dialetizado, em um processo histórico de transformação finalista pela ação do trabalho, que se apropria de materiais naturais. Lukács propõe que o caráter científico desta ontologia seja dado a partir do trabalho humano, que é objetivo e necessário para a transformação da natureza.

O trabalho, como finalidade e como ponte para interação entre o ser social e o ser em geral, entre o ser humano e a natureza, é uma categoria social que permite ao homem captar a realidade objetiva e chamar à vida produtos sociais de ordem mais elevada. Entretanto, a categoria trabalho não pode ser pensada como uma categoria em que os indivíduos atuam separadamente no sentido de transformar a natureza. Há uma finalidade da qual a ética é uma consequência. Toda atividade laborativa surge como solução de resposta à necessidade que a provoca e é a possibilidade de satisfação dessa carência que põe em movimento o complexo do trabalho e as mediações que transformam, tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto os homens que nela atuam, as suas relações recíprocas etc. Ao dar respostas às suas demandas, o homem faz a ligação entre o reino da liberdade e o reino econômico da necessidade. A liberdade, porém, não é algo dado por natureza, mas é o produto da própria atividade humana que, por um lado, tem consequências concretas (desenvolvimento econômico) e, por outro, eleva o nível de percepção da multidimensionalidade da realidade.

Através do trabalho dá-se a possibilidade do desenvolvimento superior dos homens que trabalham. Ao tornar eficientes as forças, relações e qualidades da natureza - liberando-as e dominando-as - o ser humano desenvolve suas próprias capacidades, no sentido de alcançar níveis mais altos de consciência. Nesse sentido, Lukács procura

... mostrar que o homem, como simultaneamente produtor e produto da sociedade, realiza em seu ser-homem algo mais elevado que ser simplesmente exemplar de um gênero abstrato, que o gênero - nesse nível ontológico, no nível do ser social desenvolvido - não é mais uma mera generalização à qual os vários exemplares se liguem ‘mudamente’; é mostrar que esses, ao contrário, elevam-se até o ponto de adquirirem uma voz cada vez mais claramente articulada, até alcançarem a síntese ontológico-social de sua singularidade, convertida em individualidade, com o gênero humano, convertido neles, por sua vez, em algo consciente de si (1978, p. 44).

Mas, ao produzir, transformando a natureza para assegurar a sua sobrevivência, os homens não estabelecem apenas relações individuais, relações técnicas de produção, mas desenvolvem relações com seus semelhantes por meio da prática social e ainda, no âmbito de sua própria subjetividade com uma prática simbolizadora, pela qual criam e lidam com os bens culturais.

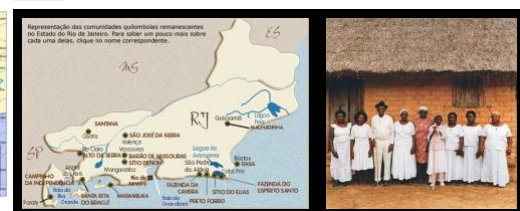
O trabalho, além de desenvolver as habilidades humanas, permite que a convivência facilite a aprendizagem, o aperfeiçoamento dos instrumentos e o enriquecimento da afetividade, fruto do relacionamento humano. É por isso que se diz que o homem é um ser de relações!

E ele vai se constituindo e conservando sua existência concreta na medida em que vai se relacionando com a natureza, pelo trabalho, com a sociedade, pela prática social e consigo mesmo, pelo cultivo de sua subjetividade. Assim, o trabalho é o elemento fundamental para a configuração de sua existência. Sem ele, o homem não desencadearia o processo de auto-humanização. Isto significa que as condições de trabalho podem, também, acarretar a desumanização do indivíduo, quando o trabalho se dá em situação alienante, com atividades mecânicas desenvolvidas como se o homem fosse um animal ou uma máquina, num processo de autodegradação.

Esta abordagem é fundamental para que práticas educativas possam ser articuladas às práticas sociais guiadas pela Tecnologia Social - conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida (RTS). Em outras palavras, uma metodologia que integra os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais para promover o desenvolvimento humano, socioambiental, cultural e econômico, a partir da utilização das tecnologias existentes e da produção de novas, com vistas a criar redes solidárias voltadas para a qualificação do trabalho e para a potencialização das habilidades pessoais (RITTO, 2008).

Comprometida com os interesses sociais singulares dos diversos segmentos sociais nos locais e com foco em suas demandas, essa abordagem metodológica utiliza as tecnologias existentes e cria novas tecnologias, respeitando as características e as potencialidades dos atores sociais, na perspectiva de inverter o papel tradicional do sujeito na sociedade de agente passivo das políticas públicas para ator central do processo de construção das condições para o desenvolvimento econômico e social. Nessa ótica, assume a problematização conjunta da realidade e a conseqüente especificação e construção de soluções que afetam a comunidade respeitando e valorizando a história, a cultura e o conhecimento local, com vistas a propor ações e iniciativas que contribuam para a transformação socioambiental do cenário, em especial, do espaço rural brasileiro.

3. O Quilombo São José da Serra na bacia hidrográfica do rio Preto como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações



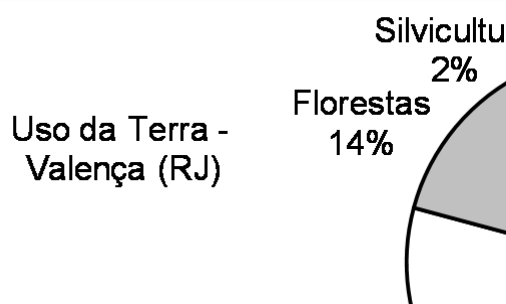
Fonte: IGAM e IBGE, modificado por LEITÃO, 2006.

Fonte: Rocha, RJ, 2012.

Os problemas ambientais vivenciados na bacia hidrográfica do rio Preto, onde comunidades de pequenos produtores se inserem, têm origem histórica no século XIX com o ciclo monocultor cafeeiro voltado à exportação. Embora a cafeicultura tenha consolidado à Província do Rio de Janeiro à condição de importante centro nacional, com a unificação político-econômica dos vales dos rios Paraíba do Sul e Preto, essa prática produtiva desencadeou o desmatamento e a degradação do solo, impactos intensificados no século seguinte.

No século XX, a adoção de práticas de agropecuária com conseqüente expansão das pastagens na bacia hidrográfica do rio Preto acentuou a degradação ambiental, reduzindo a área dos ecossistemas (MELO, 2008). A exploração da terra com técnicas inadequadas, o uso de substâncias químicas para tratamento de doenças do gado bovino e o uso de agrotóxicos em larga escala, além do pisoteio do gado – que compacta o solo, forma terracetes, favorece a lixiviação e dá origem a sulcos, ravinas e voçorocas, deterioraram as condições físico-químicas dos solos e das águas, restringindo as possibilidades de desenvolvimento de práticas agrícolas no meio rural. Sendo assim, as pastagens extensivas caracterizam o principal uso da terra no município de Valença, no estado do Rio de Janeiro (Figura 1).

Figura 1. Percentuais de uso da terra em propriedades rurais de Valença/RJ.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Além da degradação ambiental resultante dessas atividades, o fluxo migratório no sentido campo-cidade, movido pela ilusão da prosperidade urbana provocada pela industrialização do vale do rio Paraíba do Sul desde a inauguração da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, na década de 1940, contribuiu para o depauperamento das populações e para a deteriorização das condições de suas vidas. Neffa (2008) constata que esse fluxo migratório acentuou o esvaziamento populacional das áreas da bacia hidrográfica do rio Preto e reduziu as possibilidades de desenvolvimento econômico com base nas atividades rurais, que consistem atualmente na produção de leite (comercializado *in natura*, queijos e doces); cana-de-açúcar (transformada em cachaça artesanal em alambiques caseiros); fruticultura (goiaba, maracujá, jabuticaba, banana, amora, carambola, cajá-manga, abacaxi e acerola dentre outras frutas transformadas em doce de compotas e licores); compostagem para o preparo de adubo a partir da decomposição de resíduos de culturas, animais e domésticos; piscicultura (tilápia e carpa); apicultura (mel de abelhas); olericultura (cultivo de legumes para comercialização *in natura* e para transformação em picles) e ervas medicinais e aromáticas; silvicultura (produção de madeira para lenha/carvão, moirões para cercas, construções diversas, cercas vivas, árvores forrageiras, essências nativas); artesanato com fibra de bananeiras, palha de milho, sementes, dentre outros materiais naturais; turismo rural-histórico-ecológico.

A precária condição vivencial dos pequenos produtores rurais da bacia hidrográfica do rio Preto, em especial da comunidade de matriz africana São José da Serra aponta para a necessidade desse espaço rural deixar de ser exclusivamente de atividades agrícolas e passar a ser compreendido como lugar de uma sociabilidade mais complexa. Localizado a 13 km da sede do Distrito de Santa Isabel do Rio Preto, no município de Valença, no interior e ao sul do Rio de Janeiro, com relativo isolamento dos centros urbanos, o Quilombo São José da Serra é um referencial pela preservação das tradições africanas. O passado e o presente misturam-se no cotidiano de uma população flutuante de cerca de 120 moradores constituintes de 38 famílias que moram no local em suas casas de adobe ou pau a pique, de telhados de palha sem deterem, contudo, a posse da terra, o que inviabiliza a expansão de práticas produtivas atreladas aos saberes tradicionais.

Em seus quintais inexitem técnicas de cobertura verde, de adubação orgânica e de montagem de composteiras, consideradas alternativas de baixo custo para a reversão do esgotamento do solo, pois suas condições de trabalho são precárias enquanto agricultores de subsistência, pequenos criadores de animais de pequeno porte (galinhas e porcos) e vendedores de sua força de trabalho em condições informais, sem vínculos trabalhistas, a proprietários das fazendas vizinhas. Sua condição de informalidade, no âmbito de uma sociedade de economia capitalista e de regime de trabalho contratual, é agravada quando atrelada a falta de autonomia de uso da terra pelos quilombolas devido ao restrito acesso efetivo a terra, tanto do ponto de vista do espaço físico, quanto das condições financeiras e de incentivo governamental para o investimento no plantio.

A forma rudimentar com que as atividades rurais são desenvolvidas limita a renda, dada a pouca geração de excedentes comercializáveis, como indica a renda média proporcionada pela agricultura familiar (produtos vegetais, artesanato e agroindústria), em Valença que, em 2006, atingiu a cerca de R\$ 8.500 família. ano⁻¹(IBGE, 2010), valor abaixo da região do Médio Paraíba do Sul (R\$ 12.600 família. ano⁻¹) e também do estado do Rio de Janeiro como um todo (R\$ 11.000 família. ano⁻¹).

Os impactos negativos decorrentes de anos de práticas insustentáveis no manejo da água e do solo restringem as possibilidades de aumento da produtividade e, por conseguinte, da renda dos pequenos produtores. Aliada a essa questão, a inadequação da infraestrutura básica (inexistência de tratamento de água, de esgotamento sanitário e de fossas sépticas, a irregularidade da coleta de lixo domiciliar, dentre outros) também compromete a saúde e as expectativas de vida desses produtores rurais, assim como outros fatores como a pobreza, a desinformação sobre aspectos higiênicos e sanitários, a falta de educação ambiental, as práticas assistencialistas e curativas de saúde, em detrimento das preventivas, e o distanciamento de saberes associados à tradição fitoterápica contribuem para ampliar as dimensões da degradação socioambiental¹.

No Quilombo São José da Serra², o conhecimento tradicional sobre os recursos vegetais e seus múltiplos usos valoriza a natureza e a sacraliza. Essa valorização, entretanto, ao mesmo tempo em que favorece o equilíbrio entre as relações sociais e a utilização dos recursos naturais é feita com pouco reconhecimento das contradições da

¹Constatação no processo investigatório realizado no âmbito do projeto “Saberes e práticas socioambientais: ação integrada na bacia hidrográfica do rio Preto/região do Médio Paraíba do Sul”, desenvolvido sob a coordenação de Elza Neffa com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ, no período 2007-2008, com expressiva participação de cerca de 100 famílias de pequenos produtores rurais.

² Estudo realizado por Joyce Rocha na tese de doutorado intitulada Etnobotânica no Quilombo São José da Serra: uma perspectiva socioambiental, desenvolvida sob a orientação da Dr^a Elza Neffa no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2009-2013, em andamento.

realidade, ainda que lutas tenham sido travadas em prol da posse da terra. Tal consciência ingênua se expressa na persistência de algumas práticas produtivas oriundas da monocultura cafeeira desenvolvida nesta bacia hidrográfica nos séculos XIX e início do XX, como a queimada, por exemplo, e traduz a invisibilidade desses grupos em relação ao potencial comercial e ambiental que o conhecimento etnobotânico desvenda como atributo necessário à implantação de novas oportunidades de geração de trabalho e renda.

Constituído por uma comunidade de negros de origem étnica bantu enviados do Congo, Angola e Moçambique/África, há 150 anos, para o trabalho escravo na monocultura de café brasileira, o Quilombo São José da Serra³ apresenta um perfil de resistência e uma não correspondência ao conceito clássico de quilombo de negros fujões, dada a manutenção da cultura, das relações de parentesco e das práticas produtivas ligadas a terra desde sua inserção nas atividades de agropecuária, no século XX, após a abolição da escravatura, em 1888.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 postula o reconhecimento, a legitimação e a territorialização das comunidades quilombolas com ampliação de seus direitos via políticas públicas para reparação histórica. No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/1988), a concessão do direito à terra aos descendentes de escravos é condicionada à titulação quilombola.

O reconhecimento da comunidade São José da Serra como remanescente de quilombos foi certificado pela Fundação Cultural Palmares através da Portaria n. 29, de 12 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União Nº 238, sessão 1, de 13 de dezembro de 2006 (páginas 59 e 60), conforme Declarações de Auto-reconhecimento e os processos em tramitação nesta fundação. A regularização territorial dos 472 hectares solicitados em ação junto ao Ministério Público, por sua vez, consiste em um processo ainda em andamento.

A conjuntura determinada pelo aguardo de decisão judicial para posse definitiva tem como fator relevante a demarcação das terras, obtida em 2006, com o objetivo de realizar os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação e a titulação definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes da comunidade do Quilombo de São José da Serra, Município de Valença/RJ, de acordo com o Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, e a Instrução Normativa/INCRA n.º 20, de 19 de setembro de 2005.

Um olhar etnobotânico sobre a paisagem do Quilombo São José da Serra permite visualizar que o imbricado sistema composto por seres humanos e natureza, que contribui para a interpenetração e o diálogo dos aspectos culturais aos naturais, encontra na sacralização da natureza uma manifestação cultural que, tanto pode ajudar na reversão do quadro de insustentabilidade da paisagem via processo natural de regeneração das matas e de plantio de ervas medicinais e aromáticas nos quintais, quanto cristalizar uma percepção ingênua da perda da biodiversidade, dada a análise acrítica das práticas socioambientais que se reflete em falas, tais como, “essas plantas não são mais vistas por aqui porque chegou o tempo delas” e “é uma coisa da natureza de Deus, chegou o tempo delas não aparecerem mais.”

³ Comunidades remanescentes de quilombos são os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida (Art. 2º do Decreto 4887/2003).

Nessa perspectiva, a incorporação dos acervos biológicos e culturais da comunidade quilombola faculta a compreensão das representações e das sistematizações do universo simbólico para além da materialidade simplificadora da realidade e é fundamental para a reconversão das práticas produtivas insustentáveis desenvolvidas nas áreas de culturas de subsistência e de agropecuária desse espaço rural.

A percepção do quilombo como território culturalizado de resistência pressupõe entender que essas representações interferem nas questões de identidade da comunidade, influenciam a organização social e a transformação da relação do ser humano com a natureza e possibilitam formação de lideranças, construção coletiva do debate político, criação de estratégias de exigibilidade de direitos e delineamento de novas estratégias emancipatórias que podem ser incorporadas via Tecnologia Social.

Estudos etnobotânicos no Quilombo São José da Serra, com base no uso racional de espécies vegetais e socialização dos saberes tradicionais, que visem implementação de ações afirmativas de ecodesenvolvimento, instituição de parcerias e concentração de interesses na implementação de planejamentos participativos de ação regional, convergem para o fortalecimento da comunidade e são fundamentais para o desenvolvimento de múltiplas estratégias que articulam a organização social às técnicas sustentáveis e às práticas comerciais locais e, conseqüentemente, à sustentabilidade socioambiental.

Entretanto, embora tenham ampliado o espaço de discussão e obtido avanços no sentido legal, os dilemas ambientais, territoriais e de reconhecimento, que envolvem as comunidades tradicionais e seu etnoconhecimento permanecem com um tratamento político (social e ambiental) insuficiente. Talvez porque estas comunidades se situem no limiar do reconhecimento do significativo papel que podem exercer na conservação ambiental. Ou porque, a partir de visões ultrapassadas de gestão ambiental, permaneçam invisíveis para a sociedade dominante dentro da lógica do capital. Quiçá pelo interesse intrínseco do *hegemon* em manter a assimetria de poder. Talvez até pela dificuldade em definir, conceituar e atuar junto a essas comunidades. Ou mesmo porque, simplesmente, a sociedade dominante não é capaz de visualizá-las como parceiras (REZENDE-SILVA, 2009). O fato é que os dilemas persistem mesmo que esse etnoconhecimento aponte novas perspectivas socioambientais locais.

4. Parque Nacional de Itatiaia: vulnerabilidades e conflitos na primeira Unidade de Conservação brasileira

Outra vertente desse estudo, o Parque Nacional de Itatiaia (PNI), primeira unidade de conservação do Brasil, foi criado com uma área original de 11.943 hectares por meio do Decreto n. 1.713, em 1937, com o propósito inicial de manter preservada, em seu aspecto primitivo, a área situada nos municípios de Itatiaia e Resende, no estado do Rio de Janeiro, e de Itamonte, Alagoa e Bocaina de Minas, no estado de Minas Gerais, e em atendimento ao objetivo de incentivar a pesquisa científica e de oferecer lazer às populações dos centros urbanos. Dentre os anos de 1914 e 1937, este espaço esteve incorporado ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro como área de conservação ambiental, tendo sido ocupado pela Estação Biológica de Itatiaia.

Geograficamente, localiza-se na Serra da Mantiqueira - estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, a sudoeste do primeiro e a sudeste do segundo, entre os paralelos 22°19' e 22°45', latitude sul, e os meridianos 44°15' e 44°50', longitude oeste, possuindo duas porções distintas delimitadas pela diferença altimétrica, com variações de 816 a 2787 metros, em função das características do relevo, denominadas Parte Baixa (PB) e Parte Alta (PA), esta também chamada de planalto, com fácil acesso a

partir de três grandes centros emissores de turistas do Brasil: Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

Na parte baixa localizam-se o Centro de Visitantes e o Museu, além de muitos atrativos, como os animais (macacos, esquilos, quatis, aves variadas) e as plantas (bromélias, dentre outras) que se destacam em meio as cachoeiras do Maromba e do Poranga, ao lago azul e ao Mirante do Último Adeus, de onde é possível observar a paisagem de todo o PNI – partes alta e baixa. No antigo Núcleo Colonial de Itatiaia, hoje parte baixa, a grande maioria das propriedades é de veraneio, segunda residência de finais de semana, com presença de hotéis e de edificações da administração do PNI/IBAMA.

Composta por uma cadeia de montanhas do Maciço do Itatiaia, cujo pico mais alto se denomina Agulhas Negras, incorporando o Morro do Couto, o Cume das Prateleiras e a Pedra do Altar. Cortada por pequenos córregos que desaguam nos rios Aiuruoca, Campo Belo e Preto, que têm ali suas nascentes, a Parte Alta do PNI apresenta rica fauna e flora inteiramente diversa da de outras montanhas do Brasil, mesmo da de outros contrafortes da Serra da Mantiqueira, apresentando espécies típicas de ambientes com grandes altitudes e baixas temperaturas. Nessas montanhas, o posto de controle e fiscalização, assim como, o abrigo Rebouças para montanhistas configura a presença administrativa do PNI e as propriedades rurais representam as populações locais que ali sobrevivem de agricultura de subsistência, criação de trutas, pequena produção de mel, de doces em compota e de leite. Dentre os derivados do leite, destaca-se a produção do queijo parmesão da Mantiqueira. Com renda familiar proveniente também das aposentadorias e da prestação de serviços no transporte escolar, na manutenção das estradas e na venda de hortifrutigranjeiros para a merenda escolar, principalmente para a Prefeitura do Município de Itamonte/MG, essas populações detém limitado poder aquisitivo, embora as pessoas tenham boas condições de higiene, salubridade adequada, captação de água na nascente do rio Aiuruoca sem poluição industrial e vivam integradas em uma convivência sem os problemas decorrentes dos grandes núcleos urbanos como o stress, por exemplo (HUBNER; NEFFA, 2013).

Em 1982, o Decreto n. 87.586 do Presidente da República João Figueiredo ampliou a área do Parque Nacional de Itatiaia de 11.943 hectares para 30.000 hectares, aproximadamente, e essa ampliação do território criou vulnerabilidades socioambientais expressas por conflitos vivenciados entre os gestores públicos e os atores sociais – pequenos produtores e hoteleiros, dentre outros, dada a alienação a particulares de pequenos lotes de terras de posse e domínio pleno da União, com desenvolvimento de atividades produtivas que afetam o objetivo de criação da Unidade de Conservação.

Segundo Hubner&Neffa (2013),

ao incorporar pequenas propriedades particulares ao domínio pleno da União sem as necessárias regularizações fundiárias e demarcações de limites asseguradas pela legislação brasileira⁴, a ampliação do território do Parque Nacional de Itatiaia, em 1982, gerou conflitos fundiários vivenciados pelas populações locais residentes na parte alta⁵ do PNI que se refletem nas relações travadas com os gestores públicos (ICMBio).

Os conflitos gerados pelos interesses contraditórios dos gestores públicos (ICMBio) e dos atores sociais são manifestados na concepção diferenciada de Unidade

⁴ Para Leuzinger (2007), a implantação de unidades de conservação de domínio público sem a prévia desapropriação contraria as normas constitucionais e infraconstitucionais

⁵ A parte alta do PNI abrange o Planalto das Agulhas Negras, com uma cota de 2000m de altitude, e as bacias hidrográficas da vertente norte do parque.

de Conservação que, para as comunidades tradicionais representa subsistência e para a gestão pública indica impactos ambientais resultantes das práticas produtivas relacionadas à hotelaria e à agropecuária – pastagens, erosões, incêndios, desmatamentos, perda de biodiversidade, dentre outras - traduzidas como insustentabilidade pelo ICMBio e opostas às práticas sustentáveis inerentes ao caráter científico e ao turismo que se quer instaurar; na questão fundiária que se traduz na garantia de estabelecimentos privados para proprietários particulares (terras, imóveis e pousadas), não consoantes à categoria de Parque Nacional do tipo Proteção Integral⁶, e na carência de uma cultura de participação política e de práticas democráticas dos atores da sociedade civil em contraposição à gestão participativa preconizada pela gestão pública do PNI.

Estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPG-MA/UERJ⁷ apontam que a implementação do turismo de base comunitária pode se constituir como uma possível alternativa de enfrentamento à vulnerabilidade social que as famílias residentes na parte alta do Parque Nacional do Itatiaia estão expostas frente à proibição legal de permanência populacional no território dessa unidade de conservação de proteção integral, o que gera conflito fundiário. Essa alternativa enseja possibilidades de conservação ambiental e de inclusão social, via Tecnologia Social, que levam a superação dos dilemas da sustentabilidade preconizados pelo modelo de gestão pública no PNI, enquanto não ocorrer uma regularização da situação fundiária, tendo em vista que o desenvolvimento de práticas de turismo comunitário pelas populações locais viabiliza a refuncionalização dos processos produtivos ao incorporar saberes ambientais e gerar trabalho e renda.

Segundo Irving, o turismo comunitário se apresenta como elemento central do planejamento que incorpora “novas formas de construção da realidade baseadas no saber compartilhado, na experiência coletiva e no poder de participação” (1999, p. 141) constituindo-se, assim, como uma alternativa criativa e inovadora capaz de internalizar as identidades e as variáveis locais e de contribuir para o desenvolvimento local a partir da “construção do poder endógeno para que um determinado grupo social possa se autogerir desenvolvendo o seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações, na busca contínua de qualidade de vida de seus indivíduos” (CARESTIATO, 2000, p. 27).

5. Considerações finais

A educação ambiental, entendida como práxis social que se vincula à ideia de que a transformação da relação ser humano/natureza depende das mudanças estabelecidas nas relações sociais e nas dinâmicas socioambientais locais, principalmente naquelas em que os sujeitos são envolvidos em atividades produtivas geradoras de trabalho e renda, aponta para um processo permanente de aprendizagem. Esse processo demanda novas sensibilidades, novos sentidos civilizatórios, atitudes críticas, solidárias e autônomas que subsidiem a participação social, o exercício da cidadania e a refuncionalização dos processos econômicos e tecnológicos, assim como, algumas posturas que possibilitem o

⁶ A partir do ano 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) pela Lei Federal n. 9.985/2000, as condições de pesquisas científicas e de atividades turísticas estabelecidas para o PNI no Decreto n. 1.713/37 tornaram-se objetivos da categoria Parque Nacional do tipo Proteção Integral.

⁷ Tese de doutoramento de Daniel Braga Hübner intitulada Um turismo de base comunitária para o Parque Nacional de Itatiaia: estudo sobre conflito socioambiental em Unidade de Conservação, desenvolvida sob a orientação da Dr^a Elza Neffa no período de 2009-2013.

enfrentamento às formas de dominação e de alienação capitalistas facultando a abertura de caminhos para a superação da hierarquia entre saberes científico e tradicional e para a implementação de práticas produtivas sustentáveis que resultem na emancipação humana (SANTOS, 2000; CASTORIADIS, 1987 e MÉSZÁROS, 2002), na inclusão social e na conexão dos saberes científicos aos saberes da ação (baseados em experiência e espiritualidade).

Nos espaços de convivência e de evolução social, novas redes sociais, locais e globais, podem ser acionadas e estimuladas a trabalhar com a possibilidade de incorporar os espaços rurais para desenvolvimento de propostas alternativas de políticas públicas que envolvam a reconversão produtiva e a construção de práticas sustentáveis que possibilitem a melhoria concreta das condições de vida dos segmentos sociais rurais. A mobilização em torno da proposta de identificação das potencialidades locais advindas da implantação do turismo comunitário no Parque Nacional de Itatiaia, assim como, da disseminação de saberes e técnicas para desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis relacionadas ao cultivo de ervas medicinais/aromáticas nos quintais agroflorestais da comunidade rural do Quilombo São José da Serra, aponta a possibilidade de desenvolvimento local via Tecnologia Social.

Tecnologia esta que pressupõe uma atuação coerente e socialmente comprometida com o desenvolvimento humano e que depende de uma predisposição para a organização de políticas públicas e de ações cujo eixo estruturante sustente-se no desenvolvimento de dinâmicas produtivas que integrem o ser humano à natureza e que instaurem uma ecologia de conexões com base em um processo de reeducação frente às práticas predatórias de exploração dos recursos naturais, às formas de participação da sociedade civil e, também, aos modelos econômicos insustentáveis. Instaurar uma ecologia das conexões pressupõe assumir compromissos éticos e políticos que, fundamentados em uma forma complexa de pensar, poderão apontar alternativas emancipatórias para uma cultura de participação e de cooperação que engendrem uma rede de solidariedade em um processo de hominização.

Nessa perspectiva, os estudos perseguem respostas às perguntas: de que maneira a categoria trabalho, inserida nas atividades de Educação Ambiental, pode se constituir como referencial ontológico fundante da práxis social? De que forma o trabalho pode se configurar como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico do ser biológico para o ser social, a partir do processo educativo?

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- CARESTIATO, A.P.C. Educação Ambiental como estratégia de desenvolvimento local: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa EICOS/UFRJ, 2000.
- CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**. vol. II, São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- IBGE. Área dos estabelecimentos em agropecuária. **Censo Agropecuário 2006**. (disponível em <http://www.ibge.gov.br>) - Acesso em 22/03/2010.
- HUBNER, Daniel; NEFFA, Elza. Turismo comunitário em Unidades de Conservação: uma alternativa sustentável para o Parque Nacional do Itatiaia. São Paulo: **Revista Turismo & Desenvolvimento**, 2013 (no prelo).
- IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis G.;

BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-122.

LEUZINGER, Márcia D. **Natureza e cultura**: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais. Tese de Doutorado. Brasília – CDS/UNB, 2007.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: Vários autores. **Temas das Ciências Sociais**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais Ltda., 1978.

LUKÁCS, György. **Marx, ontologia del ser social**. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1963/64.

MELO H.P. A zona Rio cafeeira: uma expansão pioneira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, Brasil. v. 4, n. 3 (número especial), p. 49-82, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MORIN, Edgar, CIURANA, Emílio Roger, MOTTA, Raul Domingo. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

NASSER *et. al.*, 1994. Huertos caseros: una actividad productiva con amplia participación de la mujer. In: RADULOVICK, R (Ed). **Tecnologias productivas para sistemas agrosilvopecuários de ladera com sequía estacional**. Turrialba, Costa Rica: CATIE, 1994. p. 151-185. (Série técnica, informe n. 222)

NEFFA, Elza. **Relatório de pesquisa Saberes e Práticas socioambientais**: ação integrada na bacia hidrográfica do Rio Preto/região do Médio Paraíba do Sul. Rio de Janeiro, UERJ/FAPERJ, 2008. (mimeo)

NEFFA, Elza; RITTO, Antonio Carlos. **ALMAS** – Alternativas Metodológicas em Ambiente e Sociedade. VI Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. San Clement de Tuyo/ Argentina, set/2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA-RJ. **Plano Diretor Participativo**. Lei Complementar n. 62, de 09 de outubro de 2007.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética**: Marx, Hegel e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo, 2011.

REZENDE-SILVA, Simone. Comunidades quilombolas e a política ambiental e territorial na Mata Atlântica. In: XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2009, Viçosa-MG. Anais do XIII Simpósio Brasileiro. Viçosa-MG, 2009.

RITTO, Antônio Carlos de A. **Projeto Centro de Referência em Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, UERJ, 2008 (mimeo).

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Vol. 1. A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. Paisagem e espaço in: **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. Hucitec, 1994.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.